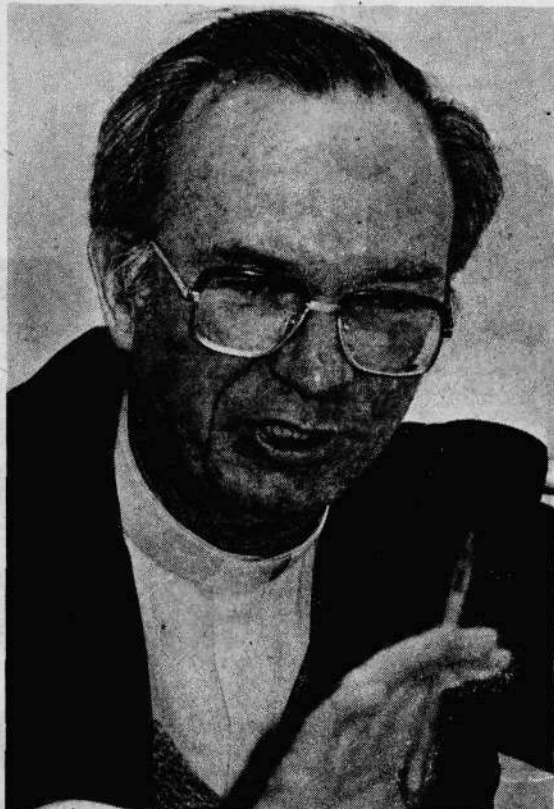


# Faoro critica emenda da Constituinte

Ele acha que daqui a alguns anos ela pode ser vista como um golpe

CECE



Faoro e dom Luciano levantaram perspectivas sombrias sobre o papel da Constituinte

ANC 88  
Pasta 09/85  
027/1985

A mensagem do presidente Sarney convocando a Assembléia Constituinte poderá ser vista como um golpe daqui a dois anos quando se verificar que ela tem por objetivo manter o seu mandato e o regime presidencialista, provocando apenas algumas reformas e não as mudanças fundamentais e básicas que precisam ser feitas para que o País ingresse definitivamente num regime democrático.

O alerta foi feito ontem pelo jurista Raymundo Faoro, em pronunciamento na comissão mista do Congresso encarregada de estudar a mensagem da Constituinte, e da qual participou também o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Luciano Mendes de Almeida, com preocupações não menos graves.

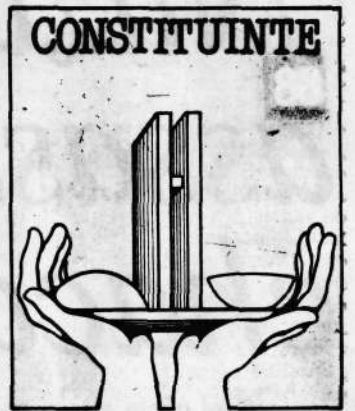
Para Faoro, "nesta mensagem do Presidente da República está vivo um ato institucional, o de nº 4, de 1966, quando o Executivo deu ao Congresso poderes de arrear uma Constituição e fazer outra. Na época, não notamos o golpe, que ficou claro dois anos depois. Será que daqui a dois anos poderemos dizer com certeza que esta proposta incorpora um novo golpe de Estado?", perguntou.

Respondendo à sua própria indagação, Raymundo Faoro lembrou que o poder constituinte não pertence ao Executivo, nem mesmo ao Legislativo, que tem, isso sim, o poder de revisar a Constituição, que é feita pelo povo. "De onde vem o poder do Presidente da República de fazer emendas? Vem do ato institucional nº 2. Então, com base na Constituição vigente, que representa o poder autoritário, o Presidente se deu a iniciativa de pedir a Constituição a um órgão que não pode fazê-la, resguardando o princípio da República e, portanto, já impedindo grandes transformações. Houve, a meu ver, uma usurpação do poder constituinte", conclui o jurista.

## TRANSFERÊNCIA

Ao tomar a iniciativa de convocar a Constituinte e, pior, de dar ao Congresso poderes constituintes a partir das eleições de 86, o presidente Sarney, no entender de Raymundo Faoro, não reconhece que houve uma ruptura política no País. E, não a reconhecendo, mantém o regime de 1964.

"A ruptura existe, começou talvez em 1974, quando as eleições derrotaram o partido do Governo em 16 Estados, e foi oficializada com a luta do povo pelas diretas. Perdemos uma grande chance de



termos eleições diretas e, agora, estamos perdendo uma boa oportunidade de fazermos a nossa Constituinte no lugar das eleições municipais. Temos que recuperar este tempo e fazer a Constituinte antes das eleições dos parlamentares, consolidando a ruptura dentro de uma Assembléia Constituinte independente do Congresso", defendeu Faoro.

Como, ele não sabe. Particularmente, o jurista não se mostrou favorável às candidaturas avulsas, mas também não viu muita credibilidade nos partidos políticos, novos e antigos. Ele propôs, no entanto, que os partidos convidassem pessoas a participarem da Constituinte, ajudando-as a se elegerem sem filiação partidária, como na Itália. Afirmou que, assim como um grupo de 100 pessoas pode se reunir e criar um novo partido, pode também indicar uma liderança expressiva para a Constituinte, independentemente de seu poder econômico.

Ele deixou as indagações aos parlamentares presentes (apenas oito, como das outras vezes) e a descrença de que, com eles ocupando as duas funções, como quer a emenda presidencial, saia uma Constituição que realmente provoque mudanças. "Não creio que a representação dos parlamentares, como está, seja capaz de favorecer a liberdade sindical, de alterar a CLT ou de retirar dos militares o poder de resguardar a Constituição", exemplificou.

E concluiu: "Seria preferível recusar esta emenda do Executivo e não fazer Constituinte alguma, apenas reformas na atual Constituição, pelo voto de dois terços, como ela mesma permite. Mas aí a decepção seria tão grande que não se falará mais em Constituinte neste País nos próximos 20 anos. Porque sempre que há um pacto social, um pacto político, há transferência de poder, irrevogavelmente. E o poder, uma vez transferido, nunca mais volta aos seus titulares", alertou.

## CNBB: o povo não está confiando

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Luciano Mendes de Almeida, na Comissão Mista do Congresso encarregada de estudar a emenda da Constituinte, que o povo não confia no processo que está sendo levado à frente, "pois não se sente cooptado para que amanhã possa dizer: essa é a nossa Constituição, e como ela nos sentimos representados".

Segundo dom Luciano, nos debates que a Igreja tem feito sobre o tema (na Catedral da Sé, em São Paulo, há discussões diárias, com a presença média de três mil pessoas), o povo tem-se perguntado: "O que é que esta Constituinte vai representar para nós? No que é que ela vai mudar a nossa vida?"

O povo não acredita que sua vida seja mudada a partir de uma Constituinte feita pelos próprios parlamentares, como propõe a emenda presidencial, porque, de acordo com o bispo, os partidos e o Congresso estão desacreditados, e o povo corre o risco de assistir mais uma vez a um pacto de elite, em que suas aspirações não são representadas.

E o que quer o povo? Segundo dom Luciano, que o tem ouvido mais de perto, "quer direitos iguais, quer garantias respeitadas, quer o exercício pleno da liberdade", que se traduzem por igualdade entre homens e mulheres, pelo direito ao trabalho e a um salário digno, pelo acesso à terra, à moradia, à saúde e à educação, pela defesa contra a tortura de presos comuns, pelo garantia à liberdade de associação, de

greve e do uso dos meios de comunicação.

## PARTICIPAÇÃO POPULAR

"E na decantação dessas expectativas que está a famosa participação popular — advertiu d. Luciano — e qualquer convocação meramente parlamentar da Constituinte estará perdendo credibilidade, pois esvazia uma das mais belas lutas do povo brasileiro: a de poder escolher homens que possam realmente representá-lo".

Rebatendo argumentos do deputado Gorgônio Neto de que a Constituinte dever ser feita pelos parlamentares, para que eles próprios garantam a sua continuidade, dom Luciano disse que "é maior o valor de se salvar a credibilidade da Constituição do que o de resguardar a sua continuidade". E explicou:

Cabe ao povo eleger uma Assembléia Nacional Constituinte capaz de responder aos seus anseios. E cabe ao Congresso resgatar a sua credibilidade perante o povo, com o respeito dos novos parlamentares à Constituição.

Ele defendeu a aceleração do processo de discussão da Constituinte junto ao povo e a sua convocação antes das eleições de novembro de 86, afirmando que se o Governo quiser isso é possível, como foi possível adiantar as eleições municipais. "O sistema de representação só é válido quando se tem abertos os canais de participação. E o povo deseja oxigênio para construir seus destinos e a sua história", avisou.

## Médicos também são contra anteprojeto

Rio — Os médicos brasileiros adotaram a mesma posição dos advogados, ao se manifestarem contrários à comissão de "notáveis" que está elaborando um anteprojeto de Constituição. A informação é do presidente do conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Hermann Assis Baeta, após ser comunicado de decisão nesse sentido pelo presidente da Associação Médica

Brasileira (AMB), Nelson Proença.

Em seu comunicado ao presidente da OAB, Proença considera que "no momento em que o Governo federal delega a uma comissão de 50 pessoas o direito de redigir um texto constitucional, a ser analisado de modo privilegiado, pratica grave lesão na soberania da Constituinte que está sendo convocada".